

A hora do aperfeiçoamento

GAZETA MERCANTIL

Quatro ex-ministros da Fazenda apresentaram o mesmo diagnóstico sobre a economia brasileira: há espaço para uma agenda mínima de reforma capaz de assegurar crescimento sustentado no País no médio e longo prazos. Reunidos no seminário *Brasil: desafios e propostas — 2007 a 2010*, evento da **Tendências-Consultoria Integrada**, Mailson da Nóbrega, Delfim Netto, Pedro Malan e Antônio Palocci foram suficientemente claros quanto às demandas desta agenda. Reformas constitucionais (da previdência, tributária e política) são as primeiras, seguidas pela redução drástica dos gastos do governo e pelo aumento dos investimentos públicos, chegando às mudanças microeconômicas, para cortar o excesso de burocracia que emperra toda iniciativa empresarial.

Esta fórmula não é mágica e muito menos nova, pois é conhecida desde 1994, para não ir ainda mais longe. O que faltava era o consenso, a convergência para um mesmo feixe de perspectivas que funcione como Norte, tanto para o empresário como para o governo. O ponto de partida é o reconhecimento de que o País precisa crescer no

mínimo 5% ao ano. Delfim Netto (o ministro que nos anos 70 pedia paciência aos brasileiros para fazer primeiro o bolo crescer e só depois dividi-lo), agora tem mais pressa: com uma expansão do PIB entre 4,5% e 5% anuais é possível “dobrar a renda do brasileiro em 18 anos”.

O ponto de partida da agenda de reformas de quatro ex-ministros é que o Brasil precisa fazer o PIB crescer, no mínimo, 5% ao ano

Os quatro ministros foram consensuais quanto à necessidade de aproveitar o primeiro ano do próximo governo, devido ao histórico apoio que geralmente ocorre, para imprimir uma agenda de longo prazo na direção do equilíbrio fiscal. Os ministros alertaram que se a sociedade ocorrer, para imprimir uma agenda de longo prazo na direção do equilíbrio fiscal. Os ministros alertaram que se a sociedade “comprar” um programa de equilíbrio de 10 anos, o mercado se antecipará às ações e teremos taxas maiores de crescimento.

Entre as propostas para chegar a este equilíbrio está a autonomia do Banco Central (BC), um consenso entre os ex-ministros,

por tudo que representa como “compromisso com a estabilidade”. Mailson da Nóbrega lamentou que na América Latina apenas o Haiti, Honduras e República Dominicana, além do Brasil, não contam com um BC “autônomo de direito”.

Coube, no entanto, ao ex-ministro Palocci a relevante observação de que chegou a “hora do aperfeiçoamento, pois ódios e questões básicas ficaram para trás”. Ele lembrou que o próximo governo deve aproveitar o que chamou de “combinação atual dos fundamentos econômicos favoráveis” ao salto do Brasil para o desenvolvimento. Ontem, a agência de classificação de risco Moody’s elevou o rating do País por conta das significativas mudanças na estrutura da dívida do governo. Os ratings da dívida da União, em moeda estrangeira e moeda local, foram elevados de *Ba3* para *Ba2*. Este movimento coloca o Brasil a dois passos do cobiçado “investment grade”.

Estas constatações não significam que o Brasil está dispensado de crescer, porque os fundamentos são os melhores possíveis. Por outro lado, ontem também o IBGE divulgou a expansão de apenas 0,5% na eco-

nomia brasileira no segundo trimestre do ano, depois de crescer 1,3% no primeiro.

É preciso observar que esta pífia expansão ocorreu porque os investimentos despencaram. A formação bruta de capital fixo, base do investimento, passou de uma taxa de crescimento de 3,7% no primeiro trimestre para menos 2,2% no segundo. A construção civil foi a responsável principal pela queda no período. Só não foi pior porque o consumo das famílias salvou a economia ao avançar 1,2% no segundo trimestre, o dobro do registrado no primeiro.

No final do próximo mandato presidencial, o Brasil estará completando 16 anos de estabilidade econômica, como notou Mailson da Nóbrega, concluindo que esta é a “oportunidade que não pode ser perdida”. A agenda de reformas pedida pelos ex-ministros visa a exatamente isto: não perder esta oportunidade e devolver confiança ao investidor para que o emprego e a renda voltem. Até porque, não há outra opção para um País que precisa gerar 1,8 milhão de empregos novos todos os anos.